

**Caso n.º 4**

Atente à seguinte hipótese:

1. Durante a discussão e votação do Orçamento de Estado de 2012, devido à forte contestação social às medidas de austeridade, os dois partidos que formavam a coligação governamental romperam o acordo de coligação. Como consequência desse facto, o Orçamento de Estado não foi aprovado, levando o Primeiro-Ministro a pedir a demissão ao Presidente da República, por entender que estava obrigado constitucionalmente a fazê-lo. O Presidente da República, por considerar que o momento não é oportuno, recusa o pedido de demissão, após ouvir o Conselho de Estado.

Tendo em conta a situação insustentável, o grupo parlamentar do partido que sustenta o Governo apresenta uma moção de censura, que é aprovada com os seus votos. O Primeiro-Ministro informa de seguida o Presidente da República que se considera demitido e exige que seja nomeado um novo Governo.

2. O Presidente da República, após parecer do Tribunal Constitucional, decide então nomear um Governo composto por independentes e informa o Primeiro-Ministro recém-nomeado de que será ele a escolher os restantes membros do Governo, que será composto por apenas quatro ministérios, e de que passará a presidir ao Conselho de Ministros.

3. O novo Governo, no primeiro Conselho de Ministros após a sua tomada de posse, invocando a crise orçamental, aprovou o Decreto-Lei n.º B que determina a extinção imediata de 50% das entidades englobadas na Administração Pública. Posteriormente, o Ministro das Finanças defendeu a necessidade da medida na discussão do Programa de Governo, ocorrida 30 dias após a sua tomada de posse.

4. Durante a discussão do Programa de Governo, um dos partidos propôs uma moção de censura, com o propósito de demitir exclusivamente o Ministro das Finanças. A moção de censura foi votada favoravelmente por 110 Deputados, onde se incluíam 15 Deputados eleitos pelo partido Y, que tinham entretanto anunciado a desvinculação a esse partido, votada desfavoravelmente por 100 Deputados, tendo existido 20 abstenções.

O Presidente da República, considerando que a aprovação da moção de censura se dirigia directamente a ele, por ter escolhido o Ministro das Finanças, decide dissolver a Assembleia

## Direito Constitucional I

da República, contra o parecer do Conselho de Estado, convocando eleições legislativas para o mês seguinte, e apresentar a sua demissão, nomeando como seu substituto o Presidente do Tribunal de Contas.

Responda às seguintes questões:

- a) Aprecie a constitucionalidade dos actos praticados pelo Primeiro-Ministro, pelo Presidente da República e pelo grupo parlamentar descritos no n.º 1. (4 valores)
- b) Considera conforme à Constituição a actuação do Presidente da República descrita no n.º 2 do caso? (3 valores)
- c) O Decreto-Lei n.º B, referido no n.º 3 do caso, podia ser aprovado pelo Governo? (2 valores)
- d) Aprecie a constitucionalidade dos actos praticados pelo Presidente da República descritos no n.º 4 (3 valores)